**MENSAGEM Nº 046/21**

[Proc. Adm. 3824/21]

Mogi Mirim, 31 de agosto de 2 021.

A Excelentíssima Senhora

**Vereadora SONIA REGINA RODRIGUES**

Presidente da Câmara Municipal

Senhora Presidente;

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência e demais Edis, para ser apreciado e votado pelos Membros dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que versa sobre a instituição do Plano Plurianual do Município de Mogi Mirim para o quadriênio 2022 - 2025.

Na preparação da propositura foram rigorosamente obedecidos os preceitos da Constituição Federal e das demais normas legais pertinentes, tendo todos os membros do Executivo despendido os melhores esforços, com o objetivo de produzir um documento capaz de representar factualmente os anseios da população, respeitando, por óbvio, o restritivo quadro das receitas vivido pelo município.

A vontade de governo e a preocupação em resolver as grandes carências do município estão, entretanto, comprometidas pelas restrições orçamentárias, pelo atraso tecnológico da administração e pelas consequências do enfrentamento do Covid-19.

O Plano Plurianual 2022 - 2025 é um instrumento fundamental para travarmos um combate efetivo contra esta sorte de coisas, sendo também a referência estratégica na peleja pela construção da unidade dos Mogimirianos para que o crescimento, o desenvolvimento e pujança de nossa cidade; assim as oportunidades para a melhoria da qualidade de vida para todos será, em breve, uma realidade.

Nestes primeiros meses à frente da Prefeitura travamos uma luta árdua para responder as demandas da população, garantindo os recursos necessários ao enfrentamento da pandemia do Covid-19. Redirecionamos o processo de gestão pública voltado às necessidades da sociedade, com critérios para passar de poder público a servidor público.

Até agora, operamos mudanças pequenas, mas de efeitos grandes, sendo o mais significativo de todos, a parceria e apoio de homens e mulheres de visão que compõem esta Egrégia Casa de Leis e de importantes setores da sociedade que bravamente resistem às forças que desejam e nos remetem a atrasos lamentáveis. No entanto, a força acachapante da realidade exige muito mais de todos nós.

O primeiro e significativo passo para as mudanças grandes e fundamentais que devem ser efetivadas rapidamente foi dar início ao projeto de modernização administrativa, que tem como ponto de partida a identificação, junto aos funcionários e população, dos gargalos que ampliam os custos dos serviços e deterioram sua qualidade, os quais serão os nossos indicadores direcionadores da reorganização e modernização da prefeitura.

A modernização desejada inclui-se no contexto da busca da melhoria da qualidade de vida da população de Mogi Mirim, rompendo com a concepção “filosófica” de uma administração voltada para si, para o cotidiano de uma estrutura burocrática pesada e que tão somente se retroalimenta, adotando um modelo de gestão que subordina a “máquina” da burocracia àquela que é, afinal de contas, sua função precípua: resolver, efetivamente, os problemas da cidade com eficácia e eficiência, buscando melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Como parte deste processo de modernização da gestão este Plano Plurianual - PPA está articulado com o plano de governo aprovado pelos eleitores de Mogi Mirim no ano de 2020, o Plano Estratégico do Governo, razão mesma de seu formato, incorporando inovações no processo de gestão para permitir o acompanhamento gerencial bem definido das estruturas de governo, bem como para garantir a relação de transparência com a população.

Neste sentido, a estruturação do Plano Plurianual, considerando as demandas da população, apresentadas nos levantamentos e nas audiências públicas do PPA ON LINE, está centrada em projetos prioritários que se consolidam, todos eles, em nosso Plano Estratégico de Governo.

A natureza do projeto – uma peça de planejamento – lhe confere características próprias, diferentes da lei orçamentária, que se caracteriza por um caráter tático e operacional. Por essa razão, a inserção de valores financeiros, tanto nas estimativas de receita como no estabelecimento das despesas aproximadas para os programas e ações, acontece em decorrência da necessidade de se demonstrar que existe consistência econômica e financeira no conjunto das propostas apresentadas, isto é, todos os projetos e todas as atividades contemplados no plano têm reais possibilidades de realização, consideradas as premissas de arrecadação de receitas, os custos médios dos insumos vigentes no mercado em 2021 e a conjuntura atual da economia brasileira.

Significa dizer que esses valores não estão sujeitos à rigidez que caracteriza a lei orçamentária, mas possibilitam ao legislador e à sociedade ter um conhecimento prévio das reais potencialidades do município nos próximos quatro anos.

Essa flexibilidade não pode significar, entretanto, que o PPA comporte a inclusão de todos os sonhos e desejos do governante e dos governados, sem a obrigação de apontar de que forma serão financiados, pois esta prática o transforma numa simples peça de ficção.

Os dispositivos que figuram no texto do projeto de lei são muito claros e definem as regras de funcionamento do plano. Os programas criados, conforme detalhamento nos respectivos anexos forma o núcleo, com os objetivos bem delineados, os indicadores atuais e futuros, assim como as ações – projetos, atividades e operações especiais – com suas metas físicas e custos estimados.

Outra inovação importante incluída nesta peça, são as Metas e Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis - ODS.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais foram adotados pelas Nações Unidas em 2015 como uma chamada universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

Com a inclusão destes objetivos, além de atender os parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, permitirá aos Munícipes acompanhar as efetividades das ações dos entes municipais.

É importante que se diga, que o formato e a estrutura relatada acima, com a flexibilidade prevista no projeto, será observada na elaboração das respectivas Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. Se modificações se tornarem necessárias ao longo de sua vigência, estas serão, em épocas apropriadas, apresentadas à apreciação das Senhoras e dos Senhores Vereadores.

Finalmente, cabe salientar que o planejamento do governo tem necessariamente um caráter situacional, estando subordinado à dinâmica da cidade e às oportunidades que possam surgir no decorrer do ano em curso e dos próximos quatro anos, sem perder os seus objetivos estratégicos.

**O processo de elaboração**

A elaboração do PPA iniciou-se no processo eleitoral, com sequência no processo de transição, momento em que as propostas consagradas nas urnas começaram a ganhar corpo de Ação de Governo. Em seguida à posse, em várias reuniões com a equipe do governo, completou-se a definição dos métodos de ação e das propostas de prioridades para o Governo.

Ficou definida a busca pela eficiência, eficácia e a efetividade das Ações de Governo, segundo os ditames das modernas técnicas de gestão pública.

A interpretação do governo é de que os problemas da população ocorrem das mais diversas formas e por inteiro, portanto encaramos o conjunto de suas causas e não as partes dos problemas como ocorre em muitas instituições. Focamos nas causas que afetam o Cidadão e não o aluno, o Sistema de saúde e não o paciente, a Vida e não o contribuinte, o Cidadão e não o assistido, e assim por diante faremos um governo sistêmico e integrado.

Com base nesta interpretação passou-se ao segundo momento, onde definimos o formato do Planejamento Orçamentário, considerando a transversalidade das ações de governo, buscando superar ações estanques e sobrepostas no atendimento à população.

Esta definição provocou uma nova forma de organizar os programas de governo, sustentado: nas mesmas bases que orientou o Plano de Governo consagrado pelo povo em 2020. Estes Programas do Executivo foram organizados em um conjunto de programas eixos aglutinadores das ações conforme descrito abaixo:

**Programas da Prefeitura Municipal**

1. Programa Cidade Moderna e Inteligente.

Tornar a Cidade mais Inteligente e Moderna, melhorando a infraestrutura e as aplicações de tecnologias de maneira a aproveitar os ganhos que a tecnologia pode proporcionar na melhoria dos serviços públicos disponibilizados e na vida das pessoas. O desenvolvimento da cultura de inovação na prefeitura e o seu compromisso com a transparência, e a efetividade, devem ser percebidos, além de outras formas, por meio da alta qualidade do atendimento aos cidadãos e as Cidadã, da simplificação do acesso ao governo e da agilidade de seus processos e rotinas.

* Cidade Organizada e Segura

Para tornar os bairros mais aconchegantes e acolhedores, toda a dinâmica da cidade precisa funcionar de modo organizado e seguro, como resultado de ações interligadas e sistêmicas, orientadas para a minimização de riscos de acidentes; à consolidação da cultura de paz e integração dos sistemas de segurança pública; à proteção e defesa civil; à zeladoria qualificada dos espaços e equipamentos públicos; a soluções e políticas públicas sustentáveis de convivência urbana e habitação. As ações desenvolvidas no âmbito deste objetivo colaboram com a agenda 2030 de forma global e os resultados poderão ser percebidos por meio do monitoramento de indicadores que apóiam a descrição dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS: 3 saúde e bem-estar; 8 trabalho descente e crescimento econômico; 11 cidades e comunidades sustentáveis; 12 consumo e produção responsáveis.

* Cidade Agradável e Acolhedora

A atenção com a sustentabilidade ambiental é da natureza de Mogi Mirim. Seu potencial de desenvolvimento está ligado à proteção ambiental e à gestão sustentável de recursos, em especial os recursos hídricos à garantia da distribuição de água potável de boa qualidade e ao tratamento de Esgoto. As ações são organizadas as frentes de Agricultura e Meio Ambiente e Sistema de Água e Esgoto. Mogi Mirim está comprometida com a proteção do seu patrimônio natural e para isso articula a gestão dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente. São programadas medidas que diminuem o impacto da vida urbana na natureza e promovem estilos de vida mais saudáveis, por meio da recuperação de nascentes e restauração ecológica; e por meio do apoio à agricultura sustentável. Pretende-se aprimorar os resultados da cidade no IEG-M, dimensão I-AMB, e colaborar com a promoção da agenda 2030 nos ODS 6 água potável e saneamento, 8 trabalho e desenvolvimento econômico e 11 cidades e comunidades sustentáveis.

* Cidade Preparada para o Futuro

Mogi Miriam preparada para o futuro pretende o desenvolvimento de ações articuladas, a partir de uma visão de futuro positiva e comum, integrando aspectos do desenvolvimento econômico e social. O apoio à dinamização econômica aliado à promoção do trabalho decente e do acesso à inovação, com troca de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades, é pauta da cidade no âmbito desenvolvimento econômico. A dimensão cultural, com ações de formação e difusão cultural, contribui para a salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental, como também fomenta novas soluções culturais e criativas com impacto econômico. O turismo se configura como estratégia de valorização cultural e dinamização econômica. O atendimento universal de qualidade, nos termos de responsabilidade da educação do município, é premissa para o futuro pujante almejado por nossa Cidade. A agenda 2030 apresenta ODS que sustentam a visão de futuro de Mogi Mirim. Nas ações relacionadas ao programa são tratados os ODS: 4 educação de qualidade, 8 trabalho decente e crescimento econômico, 11 cidades e comunidades sustentáveis, 17 parcerias e meios de implementação.

* Cidade Saudável e Ativa

O desenvolvimento social e a qualidade de vida pretendida para Mogi Mirim passam por trabalhar de forma articulada frentes que valorizam a pessoa integralmente: prevenção e promoção da saúde e proteção social. Importante desafio consiste em ampliar e qualificar o acesso aos serviços para criar um ambiente social favorável ao pleno desenvolvimento das pessoas. O acolhimento e o compromisso com os direitos humanos são norteadores das ações do programa, que colaboram com os ODS 1 erradicação da pobreza, 2 fome zero e agricultura sustentável, 3 saúde e bem-estar, 5 igualdade de gênero e 17 parcerias e meios de implementação, da agenda 2030.

**Poder Legislativo**

* Câmara Municipal Modernizada

A ação legislativa tem o comprometimento com o aperfeiçoar constate da atuação do poder legislativo; a melhorar as condições de atuação e representação dos legisladores; a garantia de condições de efetividade para o exercício dos mandatos e a estimular a partir das mídias sociais a participação da sociedade no poder legislativo;

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE**

* Cidade agradável e acolhedora

As políticas específicas de proteção, preservação, distribuição e demais ações de interesse concernentes às águas e ao esgotamento sanitário são relevantes para o desenvolvimento ambiental da cidade. São previstas a manutenção e ampliação da rede de captação, tratamento e distribuição de água além da manutenção e expansão das redes coletoras de esgoto, inclusive para a área rural. A integração das ações do programa vai potencializar resultados na dimensão do desenvolvimento ambiental. Pretende-se aprimorar os resultados da cidade no IEG-M, dimensão I-AMB, e colaborar com a promoção da agenda 2030 nos ods 6 água potável e saneamento, 8 trabalho e desenvolvimento econômico e 11 cidades e comunidades sustentáveis.

Nas Audiências Públicas do PPA ON LINE, do Poder Executivo, após a consultas, foram organizadas em 5 (cinco) datas, distribuídas pelos eixos programáticos que dão títulos aos programas, organizando as respostas dos principais problemas da cidade e sugestões dos participantes. Na sequência as secretarias responderam às demandas e em havendo pertinência foram incluídas nesta proposta de plano plurianual ora apresentado à vossas apreciações.

Isto posto, sinto-me, juntamente com toda a equipe de governo, suficientemente seguro, porquanto legitimado politicamente para tanto, para definir, dentro dos limites da receita, os projetos e os seus prazos de execução.

**Breve diagnóstico da Prefeitura e da Cidade**

Com relação às estruturas funcionais e administrativas da prefeitura houve grande surpresa ao identificarmos a precariedade dos equipamentos públicos. Em alguns casos o desleixo e o descuido no trato com os processos administrativos e com as informações essenciais para o governo

A limitação orçamentária encontrada na gestão municipal, derivada em parte da impossibilidade de avaliar previamente o impacto das crescentes despesas com a pandemia no orçamento de 2021, reforçada pela redução das receitas de transferência vinculadas às despesas com o COVID-19, em relação a 2020, quando as transferências, para este fim, dos Governos Estadual e Federal, atenderam a maior parte das referidas despesas.

Nossa cidade, que tem equipamentos públicos, importantes, como escolas, unidades de saúde, centros esportivos, centros culturais, parques, praças e áreas de lazer, distribuídos por todas as regiões, no entanto não tem programa de manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos, respondendo parcialmente às demandas em casos mais graves. Esta política de não fazer criou a situação atual na qual estes prédios e equipamentos públicos encontram-se, em sua maioria, degradados e alguns impossibilitados de uso, outros em ocupação precária e ou improvisa. Além disso, temos os casos em que prédios foram locados em locais inadequados para uso público, como foi o caso das salas na Avenida Pedro Botesi.

Com relação à população, o atendimento na prefeitura mostra-se ainda, e segundo nossos critérios, lento e com baixa resolutibilidade, consequência, em grande parte, da prevalência de uma cultura de baixa responsabilidade com os resultados dos serviços. A essa cultura acrescente-se o fato da existência de uma estrutura ineficiente e pesada dos unidades-meios que, por um lado sobrecarregam os servidores sem produzir resultados e, por outro funcionam como um instrumento redutor dos serviços prestados nos unidades-fins, influenciando negativamente na sua quantidade e qualidade. Tudo isso, considerando os níveis de carência de nosso município, é extremamente perverso.

Faz-se necessário superar a forma acachapante como está desorganizada a máquina administrativa, enfrentando a lentidão dos seus serviços pois, além da ineficácia e ineficiência, reside justamente ali o caldo de cultura para o surgimento dos desvios de conduta.

Quanto à situação do município, o levantamento dos problemas apresentados nas reuniões PPA ON LINE guardam, em sua totalidade, grandes semelhanças com os apresentados pelo Governo, demonstrando a sintonia deste com os anseios da população, cabendo salientar que os temas “Iluminação Pública, Manutenção da Cidade, Saúde, Transporte, Segurança e Desenvolvimento” tem destaque entre os principais pontos levantados.

A lista dos Problemas a serem enfrentados pela atual Administração é o ponto de referência para as ações de governo que estão neste Plano Plurianual. - PPA.

**As receitas**

Para responder aos grandes desafios que estão postos, vez que a receita prevista inicialmente é insuficiente para atendê-los, as medidas de modernização e de busca por parcerias com o setor privado e com os Governos Federal e Estadual serão para este Governo uma das prioridades.

Em que pese um efetivo e irreparável comprometimento da receita de 2021, não podemos ficar como meninos temerosos de vaga-lumes, obliterados frente aos desafios que se nos colocam. Não foi para chorar que fomos eleitos e sim para exercer plenamente as responsabilidades de governo, com as limitações e possibilidades reais colocadas. Providências foram, estão e estarão sendo tomadas para, em conjunto com esta Casa de Leis, com a população trabalhadora de MOGI MIRIM, superarmos as dificuldades e caminharmos, triunfantes, rumo ao futuro, pois é nosso o porvenir.

A evolução das receitas de tributos está amarrada, por um lado à Legislação Tributária e ao Sistema de Tributação da Prefeitura e, por outro lado, aos fatores macro-econômicos subordinados às decisões do Governo Federal, das grandes corporações internacionais e das relações econômicas internacionais, podendo afetar os investimentos com impacto também sobre o emprego e a renda.

Quando os agentes macroeconômicos, por quaisquer motivos, provocam recessão, implementam uma realidade duplamente injusta para o município, pois ao mesmo tempo em que reduz o nível de renda da população, aumenta a demanda pelos serviços públicos.

Na outra ponta, fatores locais e circunstâncias geradas pelas demandas internacionais, estão provocando crescimento das receitas. Portanto, a expansão aqui apresentada está supondo uma evolução dialeticamente constante, devendo ser revista a cada apresentação de projetos da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual.

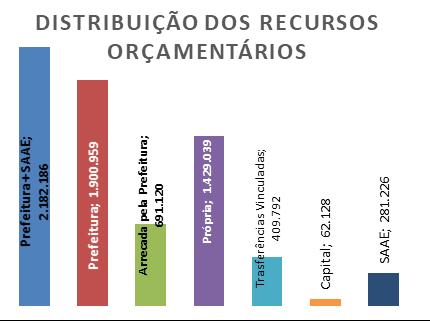
No ano de 2022 as receitas foram projetadas considerando a expansão da base tributária municipal; o crescimento do PIB e a expansão da receita tributária municipal alavancada pelos empreendimentos imobiliários e pelos investimentos já anunciados. Nos demais anos: 2023, 2024, 2025 foram aplicados, ano a ano, respectivamente, apenas nas receitas que são afetadas pelo Crescimento do Produto Interno Bruto – PIB para cada ano, deixando a previsão de correção pela inflação do período para ser incluída em cada uma das peças anuais de planejamento orçamentário.

**Estimativa das receitas**

R$ (reais) Valor Corrente

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **TOTAL** |
| IImpostos, Taxas e Contr. de Melhoria | 1149.206.015,00 | 1150.606.015,00 | 1152.056.015,00 | 1153.526.015,00 | 6605.394.060,00 |
| RReceita de Contribuições | 111.556.000,00 | 111.556.000,00 | 111.556.000,00 | 111.556.000,00 | 446.224.000,00 |
| RReceita Patrimonial | 22.024.000,00 | 22.051.700,00 | 22.074.400,00 | 22.084.600,00 | 88.234.700,00 |
| RReceita de Serviços | 550.277.000,00 | 552.542.500,00 | 554.245.150,00 | 556.132.660,00 | 2213.197.310,00 |
| TTransferências Correntes | 3322.396.500,00 | 3328.143.200,00 | 3334.500.200,00 | 3341.480.500,00 | 11.326.520.400,00 |
| OOutras Receitas Correntes | 114.121.320,00 | 114.601.970,00 | 114.753.970,00 | 115.137.970,00 | 558.615.230,00 |
| RReceitas de Capital | 334.456.000,00 | 113.537.000,00 | 114.237.000,00 | 111.287.000,00 | 773.517.000,00 |
| SSubtotal | 5584.036.835,00 | 5573.038.385,00 | 5583.422.735,00 | 5591.204.745,00 | 22.331.702.700,00 |
| DEDUCAÇÃO FUNDEB | --42.912.000,00 | --43.979.740,00 | --45.078.600,00 | --46.205.800,00 | --178.176.140,00 |
| RReceitas Intra-orçamentárias | 66.650.000,00 | 66.983.000,00 | 77.329.000,00 | 77.697.000,00 | 228.659.000,00 |
| **TTOTAL/ANO** | **5547.774.835,00** | **5536.041.645,00** | **5545.673.135,00** | **5552.695.945,00** | **22.182.185.560,00** |

Para o período 2022 – 2025 a distribuição dos Recursos do Orçamento impõe à Prefeitura estreito espaço de manobra, restringindo em muito as possibilidades de investimentos, uma vez que a receita do tesouro disponível para as despesas correntes e para as despesas de capital, incluindo reserva de contingência e dívida, para este período, está restrita a 65,49% da receita total, ficando para o esforço de financiamento e convênios com os Governos Federal e Estadual os 2,85% restantes, como demonstrado no gráfico a seguir:



|  |  |
| --- | --- |
| Participação na Receita Total | |
| Receita | % |
| Prefeitura + SAAE | 100% |
| Prefeitura | 87,11% |
| Arrecada pela Prefeitura | 31,67% |
| Própria | 65,49% |
| Transferências Vinculadas | 18,78% |
| Capital | 2,85% |
| SAAE | 12,89% |

**Despesas**

As despesas foram projetadas com significativa pressão sobre os custeios, o que imporá esforços intensos de todos os servidores no sentido de aumentar a vigilância sobre os gastos municipais.

Os valores estimados para os próximos quatro anos expressam as limitações aos nossos desejos de resolvermos rapidamente todos os problemas. No entanto, não mediremos esforços no sentido de ampliar esses recursos, com contribuições dos Governos Federal e Estadual, além de buscar parcerias junto à iniciativa privada.

**A Distribuição do Orçamento**

Normalmente a apresentação do Orçamento considera o valor total, passando a falsa impressão de recursos disponíveis e ilimitados para a Prefeitura. Para facilitar o entendimento e ajudar na tomada de decisão, incluímos nesta mensagem à Câmara Municipal e à Sociedade a divisão do orçamento, segundo a sua utilização, dividindo entre Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e Emenda Parlamentar impositiva.

**Gráfico de Distribuição**



Tratando ainda das restrições orçamentárias, a amortização de parte do principal e o pagamento dos serviços da dívida, incluindo Pasep, atingirão o valor de R$ 136.041.806,91 (cento e trinta e seis milhões, quarenta e um mil, oitocentos e seis reais e noventa e um centavos).

Isto posto**,** acredito ter apresentado aos Nobres Edis os esclarecimentos devidos, a fim de que todos possam ter plena compreensão do projeto ora apresentado. Entretanto, coloco-me à disposição, juntamente com minha Equipe de Governo, para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Por ocasião da audiência pública a ser realizada nesse Legislativo, para discutir o presente projeto, representantes deste Executivo estarão presentes para fornecer as explicações que no momento forem solicitadas pelos participantes.

A mais significativa questão inscrita neste PPA 2022 - 2025: a escolha do futuro – a cidade que a sociedade deseja construir a partir dos recursos disponíveis e dos investimentos que vamos viabilizar em projetos articulados com os Governos Federal e Estadual e com a iniciativa privada.

Do mais, considerando o caráter público de que se reveste esta matéria, aguardo sua aprovação na forma regimental de praxe, como nela se contém e declara.

Respeitosamente,

**Dr. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**

Prefeito Municipal